



Curitiba, 17 de dezembro de 2013.

RELATO DO I SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA BRASIL X FRANÇA

O I Seminário de Agroecologia Brasil x França teve origem com um Acordo de cooperação científica entre o Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR e o Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária da França (INRA), firmado em junho de 2013. A parceria tem por objetivo incentivar a realização de programas e projetos conjuntos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de **agroecologia, sistemas de produção** (incluindo agrofloresta), e **manejo e conservação de solo e água**. O acordo prevê intercâmbio de pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação e técnicos; projetos, consultorias e serviços especializados; e, ainda, a realização conjunta de conferências, cursos, treinamentos e seminários.

A primeira ação decorrente do acordo foi a realização do **I Seminário de Agroecologia Brasil-França**, realizado entre 05 e 06 de dezembro de 2013, no Centro de Difusão de Tecnologia (CDT) do IAPAR em Londrina-PR. O objetivo do evento foi debater temas relacionados ao ensino, pesquisa, inovação e divulgação em diferentes dimensões (técnica, social, econômica, ambiental e política) relacionados à agroecologia, bem como a definição de linhas de ação conjuntas para projetos futuros entre os dois países.

O evento contou com 6 painéis abordando questões conceituais, técnicas, econômicas e políticas, onde um especialista brasileiro e outro francês abordam uma temática, seguido de um debate. O público foi de aproximadamente 100 pessoas ligadas à agroecologia, incluindo especialistas, agricultores, estudantes, extensionistas, docentes e técnicos representantes da sociedade civil e do governo.

Na **abertura do evento** o Chefe do INRA/SAD (Ciência para Ação e Desenvolvimento) da França, Benoît Dedieu em vídeo, mostrou que o SAD é um dos 13 departamentos do INRA que tem a missão específica de trabalhar sobre o entendimento da agricultura, das cadeias dos produtos agropecuários e dos territórios. Esse entendimento das transformações vem sendo auxiliado por métodos e conceitos de inovação. Segundo Dedieu o SAD concentra-se nos atores e nas suas ações. Por isso são necessárias pesquisas interdisciplinares que combinam ciências como agronomia, zootecnia, como também ecologia e ciências sociais para ser capaz de tratar as diferentes dimensões da ação. O SAD desenvolve uma série de abordagens metodológicas específicas como métodos participativos, métodos de pesquisa-ação e ainda métodos de entendimento do raciocínio dos atores individuais ou coletivos. São duas as principais prioridades de pesquisa do SAD: 1) a agroecologia praticada pelos agricultores, que configure sistemas inovadores e mudanças reais nas suas práticas, mas



também na extensão e, finalmente, nos sistemas alimentares; 2) desenvolver pesquisas sobre os processos inovadores, sobre os procedimentos de concepção junto com os agricultores e outros atores, sobre o engajamento em transições, a acompanhamento dessas transições e na evolução dos sistemas de inovação. Benoît complementou dizendo que o SAD tem três prioridades geográficas: a primeira se refere à Europa; a segunda é a região mediterrânea; e a terceira área geográfica de importância é a América do Sul, destacadamente a Argentina e o Brasil. Do Brasil, espera-se uma compreensão de situações em que confrontam-se dois modelos agrícolas: o modelo da agricultura familiar, muito presente na França, mas também o modelo do agronegócio bem estabelecido no Brasil e que pode ter consequências para a França.

A compreensão do embate em torno do modelo da agricultura familiar em relação à agroecologia pode ser interessante para comparação com as situações francesas. Por isso, é importante estudar as questões de convivência entre os diferentes modelos de agricultura e as implicações desse conflito na dinâmica dos territórios. O interesse do SAD se situa nestas duas linhas: 1) pela reflexão sobre agroecologia na escala da agricultura familiar; 2) a questão da coexistência de dois modelos e a ligação com as dinâmicas territoriais.

Do lado do IAPAR, o Presidente Florindo Dalberto salientou os principais objetivos do Programa de Agroecologia (PAG) do IAPAR criado em 2004 e destacou a importância da cooperação internacional com o INRA no sentido da realização de programas e projetos conjuntos de pesquisa, inovação e desenvolvimento; além da difusão e valorização dos resultados, métodos e técnicas desenvolvidos e obtidos em conjunto.

A realização do evento soma-se aos esforços recentes de construção e fortalecimento da temática da agroecologia e da produção orgânica, com a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e levanta novos desafios debatidos no Seminário.

No **painel 1** foi abordado a “**Agroecologia como campo científico**: marco conceitual e ensino em agroecologia”. Para o pesquisador francês Stéphane Bellon do INRA estamos diante de um campo científico em construção, “um verdadeiro canteiro de obras”. Para Bellon, a diversidade é reflexo da grande abrangência adquirida nas últimas décadas e deve ser valorizada. Ciência, práticas agroecológicas, movimentos sociais políticas públicas estão envolvidos na construção desse entendimento. Segundo Bellon é preciso construir espaços de cooperação no ensino da agroecologia e investir na capacitação (dos agricultores aos pesquisadores) buscando a profissionalização em agroecologia.

Na mesma linha de raciocínio, o professor Luiz Norder, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), acrescenta que há divergências mesmo



onde reina uma “aparente homogeneidade”, citando o exemplo do grupo que enfoca a agroecologia como um modelo de produção agrícola. Nesse grupo, o leque de entendimento abrange a defesa do conceito apenas para a agricultura familiar e tradicional – como os indígenas, quilombolas, etc. – até os que admitem sistemas de manejo das lavouras em que se utilizam técnicas para diminuir o impacto à natureza, como, por exemplo, a redução do uso de fertilizantes e agrotóxicos, por exemplo.

Em outra vertente, segundo Norder, há aqueles que vislumbram na agroecologia não apenas um modo de produzir alimentos, mas “um processo de conhecimento, um saber, um diálogo entre diversos setores e atores”, concluindo que a necessidade do uso múltiplo do conceito deve ser reconhecida. A agroecologia é o campo da diversidade e o debate deve ser conduzido com respeito ao outro, já que a controvérsia é parte inexorável da construção deste conhecimento.

No **painel 2** sobre “**Pesquisa, Inovação e Divulgação em agroecologia**”, Stéphane Bellon do INRA destacou que o pesquisador deve interagir fortemente com a realidade agrícola para ser coerente e perenizar a agroecologia. Segundo Bellon não é possível (nem desejável) buscar inovações consensuais ou sistemas de produção ideais. De acordo com o pesquisador o melhor seria preparar uma diversidade de soluções, para deixar a escolha aos agricultores, e para lhes ajudar a enfrentar situações diversas. Além disso, dotar os agricultores de ferramentas e de métodos que os permitam inovar por eles mesmos e adaptar inovações externas pertinentes a sua realidade. Isso tudo deveria ser concebido de uma forma conjunta entre os atores (agricultores, técnicos, ambientalistas, consumidores, etc).

O pesquisador Márcio Miranda do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), apresentou a Rede de Pesquisa em Agroecologia no Paraná, enfatizando o trabalho interinstitucional no PR e a missão da Rede que é acolher e conectar colaboradores para potencializar a pesquisa em agroecologia e sua comunicação. Miranda mostrou as principais demandas de pesquisa em diferentes dimensões (técnica-produtiva, econômica, social, ambiental e política) bem como os gargalos e dificuldades da pesquisa.

O **painel 3** foi dedicado a “**Construção de Mercados Alternativos**”. Uma das experiências apresentadas foi o Circuito de Circulação e Comercialização da Rede Ecovida. O Produtor José Marfil destacou como princípios desse trabalho a garantia da qualidade do processo através da Certificação Participativa; o trabalho com agricultores familiares e suas organizações; a necessidade de normativa própria de funcionamento e de produção; o trabalho na construção do comércio justo e solidário; e a necessidade de ter a agroecologia como base para o desenvolvimento.



No que tange ao PNAE/ PAA foram destacados como desafios: a burocracia das chamadas públicas e dificuldades de acesso a documentos(DAP); a compreensão do poder público sobre a importância do alimento agroecológico na alimentação escolar; o Incentivo à conversão e produção agroecológica; o aumento do valor pago por aluno; a discussão de uma tabela de preço justo para os produtos Disponibilização de recursos para adequação de estrutura física nas organizações e escolas; Disponibilização de recursos para contratação de pessoas nas organizações e escolas; Disponibilização de recursos para formação e capacitação de nutricionistas, merendeiras, professoras, e outros; Adequação da lei das agroindústrias familiares e implantação do SUASA; Acompanhamento técnico específico para alimentação escolar e PAA agroecológicos; Custos da logística de entregas; e centralização das entregas.

Claire Lamine do INRA apresentou experiências francesas com destaque para as AMAP (Associação para Manutenção de uma Agricultura Camponesa). Os resultados mostram consumidores mais engajados e conscientes, com mudanças no hábito de consumir (preferências para produtos locais, canais curtos, preços mais justos); mudanças nas maneiras de consumir (cozinhar mais em casa, comer produtos da estação, gastar menos e melhor); mudanças na participação dentro do sistema Amap ou em outras redes; mudanças na conscientização: não só práticas agrícolas e qualidade dos produtos, mas também na qualidade de vida dos agricultores, no futuro da agricultura na região e na qualidade da paisagem rural; discussões e interações com produtores e inserção em debates locais (urbanização, alimentação escolar). Lamine destaca como perspectiva a grande criatividade na criação de mercados alternativos; as influências entre redes e países. Acrescenta que nas Amap, a certificação participativa permite considerar não só práticas produtivas, mas também questões sociais, oferece uma visão de processo mais do que de produto; Permite atingir mais equidade entre produtores e consumidores na construção do sistema e das suas regulações; Permite uma requalificação dos produtores e dos consumidores e um reconhecimento de suas interdependências; Outros tipos de sistemas tem que ser apoiado pelas políticas públicas para incluir mais consumidores e produtores: iniciativas locais como lojas coletivas, feiras, alimentação escolar; políticas no nível nacional para garantir uma equidade territorial em termos de acesso as técnicas alternativas (extensão rural), aos mercados alternativos, e aos produtos ecológicos.

O **painel 4** debateu o tema “**Produção de Leite Agroecológico**”, com a presença da produtora Maria Salete Escher de Campo Magro, município da região metropolitana de Curitiba e do pesquisador Thierry Bonaudo do Agroparistech/INRA. Escher destacou a importância do processamento/agroindustrialização como forma de agregação de valor e como principal dificuldade a questão de mão de obra, visto que na produção orgânica a demanda é superior. Além disso, mostrou que o pequeno



produtor encontra dificuldades para se adequar a legislação que trata grandes e pequenos de forma similar.

O pesquisador Thierry Bonaudo apresentou dados da produção orgânica de leite na França e experiências exitosas. O leite e os derivados respondem por 15% do valor total dos alimentos orgânicos. Destacou que as regiões de Pays de la Loire, Bretagne e Basse Normandie apresentam o principal rebanho leiteiro na França. A comercialização dos produtos lácteos é feita majoritariamente pelos supermercados (> 75%) e existe um mercado crescente via internet (on line). O preço do leite orgânico varia entre 30 e 50% a mais em relação ao convencional. Apesar de a produtividade (litros leite/vaca) ser menor no orgânico o resultado econômico final é maior para o orgânico, sobretudo em função do melhor preço de venda. Como perspectivas, Bonaudo, aponta a manutenção de preços competitivos (o que é dificultado pelo acesso as matérias-primas de origem orgânica); manter boa remuneração aos produtores; o acesso do consumidor a um produto de qualidade; especialização e concentração das propriedades em uma região; controle da produção (ajuste entre oferta e demanda). Outras questões práticas abordadas foram a necessidade de autonomia econômica e técnica; autonomia nas questões de alimentação (forrageiras e manejo do pasto); gestão de manejo nutricional e sanitário dos animais; organização da cadeia produtiva (produtores, laticínio, distribuidores e consumidores); identidade cultural da produção com o território e a organização do mesmo em termos de infraestrutura; relações entre meio ambiente e a produção leiteira; e, finalmente, questões relacionadas à qualidade de vida e papel dos produtores.

O **painel 5** discutiu um tema prioritário que é a “**Produção Agroecológica de Sementes**”, tendo do lado brasileiro o consultor Vladimir Moreira e do lado francês o agrônomo Manuel Delafouhouse. A apresentação das experiências permitiu levantar algumas linhas para ação: 1) necessidade de identificação de variedades de interesse dos agricultores e consumidores e uso de metodologias participativas na produção de sementes; 2) capacitação técnica de agricultores para a produção de sementes orgânicas (manejo do solo, da cultura, fitossanitário, colheita, transporte, armazenamento) ; 3) recursos financeiros para pesquisa e melhoramento de sementes de base ecológica; 4) disponibilização de material informativo sobre produção de sementes; 5) incentivo de feiras de trocas e bancos de sementes; 6) resgate de variedades crioulas para uso na agroecologia; 7) produção de mudas em sistemas de base ecológica; 8) conservação e tratamento ecológico de sementes; 9) processamento e comercialização de sementes ecológicas. Os relatos mostram que existe viabilidade técnica, social, econômica e ambiental de se trabalhar com grupos organizados de produtores e que será preciso empoderar os agricultores numa nova lógica de produção, distribuição e manutenção de sementes de base ecológica.



O Seminário foi finalizado com o **painel 6** onde foi discutido a temática dos “**Movimentos Sociais e Políticas Públicas**”, abordado por Onaur Ruano, representante da Secretaria da Agricultura Familiar e Claire Lamine do INRA. Ruano destacou a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis como eixo fundamental na gestão e no controle das ações do governo. Destacou o funcionamento por meio de Conselhos Participativos – governo e sociedade civil em conferências municipais, territoriais, temáticas, estaduais e nacionais, bem como os sistemas nacionais de formulação e gestão de políticas públicas. O exemplo do CONSEA (Conselho Nacional de Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional) foi apresentado como referência de política pública e participação paritária entre sociedade civil e governo. Mais especificamente sobre a Agroecologia foi destacado a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO como instrumento de operacionalização da política. Mostrou que existe uma Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO e uma Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO com 28 membros (14 Sociedade Civil e 14 Governo).

Do lado francês Claire Lamine do INRA de Avignon apresentou perspectivas franco-brasileiras de movimentos sociais e a construção de alternativas; o caso dos circuitos curtos (CC); a trajetória da agroecologia na França e no Brasil; projetos locais de transição ecológica e a noção de sistema agroalimentar territorial. Destacou que as 3 principais maneiras de influenciar os mercados podem ser: boicote dos consumidores organizados; construção de mercados alternativos (como em circuitos curtos e venda direta); e ação de lobbying/ participação na construção de regulamentos e políticas. Enfatizou que no caso dos CC houve uma reconexão entre agricultura e alimentação, geralmente separadas nas políticas públicas (os discursos e alternativas são centrados no objetivo da realocação e soberania alimentar). Segundo Lamine a emergência e o fortalecimento da agroecologia nos dois países: faz parte de um processo de reorganização das agriculturas alternativas.

A institucionalização da agroecologia ocorreu mais cedo e aparece mais forte no Brasil do que na França, onde ainda encontra-se fragmentada ou pouco estruturada. No Brasil é resultado das etapas anteriores de estruturação e institucionalização da agricultura ecológica com uma substituição gradual da noção de agricultura alternativa. Em contraponto, na França, a agricultura orgânica é altamente estruturada na escala nacional e local, desde os anos 1980. Segundo Lamine os pioneiros franceses da agroecologia foram de movimentos sociais e apresentam fortes dimensões éticas e políticas, mas não tinham uma forte evidência prática. A agroecologia emerge no debate público mas recentemente, fruto do processo de diferenciação de certos movimentos de agricultores orgânicos e de economias solidárias. Destaca



que no Brasil a expansão da agroecologia e as interações entre os movimentos sociais, redes institucionais e cientistas tem um papel chave. Para Lamine o sistema agroalimentar territorial deve envolver todos os atores da produção, transformação, distribuição, consumo de alimentos; incluindo não só agricultores e atores econômicos mas também assistência técnica, pesquisa, políticas públicas, consumidores e sociedade civil. Envolve de fato os diferentes dispositivos, redes, regras, modos de coordenação; e uma complementariedade entre circuitos curtos e longos.

Lamine finaliza com alguns desafios e perspectivas, colocado na forma de questão: como passar do objetivo de realocação reivindicado pelos movimentos sociais, pela formulação de um projeto agroalimentar territorial mais amplo? Para a pesquisadora será preciso uma política que religue as questões de agricultura e alimentação, que são tratadas separadamente. As questões ecológicas e sociais devem ser tratadas de forma coordenada com os movimentos sociais. Em termos teóricos, destaca que será necessário combinar um enfoque sobre a transição agroecológica (etapas, processos, limitantes e facilitadores) com uma abordagem sobre a biodiversidade, os conflitos de visões e processos.

Como perspectivas de pesquisa coloca a importância de uma avaliação dos quadros teóricos adaptados para analisar os processos de ecologização da agricultura; a importância de analisar formas mistas e processos de combinação de diferentes modelos; e, a possibilidade de comparação de dinâmicas do sistema agroalimentar territorial entre França e Brasil.



Reunião do Acordo de Cooperação IAPAR x INRA (06 dez, 14h30)

Participantes: Moacir Darolt (Iapar), Dimas Soares Jr.(Iapar), Claire Lamine (Inra), Stéphane Bellon (Inra), Thierry Bonaudo (Agroparistech), Vladimir Moreira (Associação Biodinâmica), Armando Androciolli (DTC- Iapar).

Foram levantados alguns eixos prioritários para pesquisa, considerando as possibilidades da equipe de trabalho e integração interinstitucional:

- 1) Análise de trajetórias de sistemas de produção familiares de base ecológica;
- 2) Análise de sistemas agroalimentares territoriais;
- 3) Circuitos curtos de comercialização;
- 4) Trajetórias de movimentos sociais e políticas públicas;
- 5) Processos de ecologização da agricultura

Comentou-se sobre a importância de difundir documentos, selecionar experiências concretas, intercambiar e adaptar metodologias de trabalho já disponíveis que podem ser disponibilizados via site, com o link da Cooperação IAPAR x INRA.

Como temas emergentes foram destacados:

- 1) Produção de sementes agroecológicas e métodos de melhoramento participativo;
- 2) Sistema de produção de leite agroecológico;
- 3) Processos de transição agroecológica;
- 4) Segurança alimentar
- 5) Biodiversidade e serviços ecossistêmicos

Como datas para o próximo evento (II Seminário) na França, foram sugeridos os meses de agosto e setembro de 2014.

A cooperação entre o IAPAR, seus parceiros e o INRA, constitui um desafio para a execução e uma oportunidade de reflexão conjunta a respeito das questões relacionadas a emergência da agroecologia. Trata-se de uma oportunidade para sistematizar e articular diferentes iniciativas que vêm sendo desenvolvidas, pelas entidades e instituições, e transformá-las em conhecimento comum.